

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE BARUERI, MOGI DAS CRUZES E OSASCO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**

**GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM OSASCO/SP:
UMA ANÁLISE DOS DESEAFIOS DA RECICLAGEM SOB A PERSPECTIVA
DA ODS 11**

Jessica Pamela da Silva Lombas

Karen Akemi dos Santos

Lucas Pires dos Santos

Orientador: Prof. Marlon Maxuel Souza Mendes

Osasco — 2026

RESUMO

O presente trabalho analisa a gestão dos resíduos sólidos urbanos no município de Osasco, estado de São Paulo, investigando as razões pelas quais o município, mesmo dispondo de infraestrutura de coleta seletiva, apresenta taxas efetivas de recuperação de materiais recicláveis muito inferiores ao seu potencial. A pesquisa é conduzida sob a perspectiva do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que estabelece metas voltadas à sustentabilidade urbana, e da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de caso com abordagem bibliográfica e documental, fundamentado em dados públicos disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e por documentos oficiais da Prefeitura de Osasco. Os resultados revelam que, apesar de o município contar com o Programa Osasco Recicla, cerca de 250 Pontos de Entrega Voluntária, dez ecopontos, três cooperativas de catadores parceiras e coleta porta a porta estruturada por bairros, a taxa efetiva de recuperação de recicláveis permanece entre 0,3% e 0,5% do total coletado, enquanto a própria administração municipal estima que entre 30% e 34% do volume gerado diariamente teriam potencial para reciclagem. A partir dessa análise, o trabalho identifica os principais fatores que explicam esse gap e aponta caminhos para o alinhamento da gestão municipal de resíduos com as metas do ODS 11.

Palavras-chave: Resíduos sólidos urbanos. Coleta seletiva. Reciclagem. ODS 11. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Osasco.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 Economia Circular e Resíduos Sólidos Urbanos	5
2.2 Política Nacional de Resíduos Sólidos e Responsabilidade Compartilhada	6
2.3 ODS 11 e Sustentabilidade Urbana	7
2.4 Gestão de Resíduos Sólidos em Osasco	7
2.5 Cooperativas, Educação Ambiental e Participação Social	8
3 METODOLOGIA	9
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	10
4.1 Perfil Socioeconômico do Município de Osasco	10
4.2 Infraestrutura Municipal de Coleta Seletiva	11
4.3 O Gap entre Potencial e Efetividade da Reciclagem	13
4.4 Osasco e o ODS 11: avanços institucionais e desafios práticos	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

A crescente urbanização e o aumento do consumo colocaram a gestão de resíduos sólidos entre os principais desafios das cidades contemporâneas. No Brasil, esse cenário é especialmente complexo: segundo a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente, o país gerou cerca de 80 milhões de toneladas de resíduos em 2023, o equivalente a 382 quilos por habitante ao ano, e menos de 4% desse volume foi efetivamente reciclado (ABREMA, 2024). A maior parte dos resíduos ainda é destinada a aterros sanitários, e uma parcela expressiva continua sendo descartada de forma ambientalmente inadequada.

No âmbito normativo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, estabeleceu um marco regulatório abrangente, prevendo a hierarquia na gestão de resíduos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e o fortalecimento das cooperativas de catadores. No plano internacional, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas reforça a necessidade de tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, com a gestão adequada dos resíduos urbanos como componente central dessa agenda.

O município de Osasco, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, com população de 756.952 habitantes em 2024 (IBGE, 2024), ilustra de forma emblemática as contradições que marcam a gestão de resíduos nas cidades brasileiras. O município conta com o Programa Osasco Recicla, cerca de 250 Pontos de Entrega Voluntária, ecopontos em expansão, três cooperativas de catadores parceiras e coleta seletiva porta a porta estruturada por bairros. Ao mesmo tempo, os indicadores oficiais revelam que a taxa efetiva de recuperação de recicláveis representa entre 0,3% e 0,5% do total coletado, enquanto a própria Prefeitura estima que 30% a 34% do volume gerado teriam potencial econômico para reciclagem.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca responder à seguinte questão de pesquisa: quais são os principais fatores que explicam o gap entre o potencial de

reciclagem estimado para Osasco e os índices efetivos de recuperação de materiais recicláveis praticados no município?

O objetivo geral é analisar a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Osasco, identificando os fatores que contribuem para os baixos índices de recuperação de recicláveis e sua relação com os objetivos do ODS 11 e os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

São objetivos específicos desta pesquisa: (a) descrever a estrutura municipal de coleta seletiva e reciclagem de Osasco; (b) levantar e analisar os principais indicadores de geração e recuperação de resíduos sólidos no município; (c) relacionar a realidade local com os princípios da PNRS e as metas do ODS 11; (d) identificar os principais desafios e oportunidades para a melhoria da gestão de resíduos no município.

O trabalho se justifica pela relevância do tema para a sustentabilidade urbana e pela disponibilidade de dados públicos que permitem uma análise fundamentada da realidade de Osasco. Do ponto de vista acadêmico, contribui para a produção de conhecimento sobre gestão de resíduos em municípios de médio-grande porte da Região Metropolitana de São Paulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Circular e Resíduos Sólidos Urbanos

O modelo econômico predominante ao longo do século XX foi estruturado em uma lógica linear baseada na extração de matérias-primas, produção, consumo e descarte. Esse paradigma contribuiu para o aumento da geração de resíduos e para a sobrecarga dos sistemas de gestão municipal.

Em contraposição, a economia circular propõe a manutenção de materiais e produtos em uso pelo maior tempo possível, por meio da reutilização, remanufatura e reciclagem. Segundo a Ellen MacArthur Foundation (2013), trata-se de um sistema industrial restaurativo e regenerativo que busca eliminar o conceito de resíduo por meio do redesenho de materiais e produtos.

Nesse contexto, a reciclagem gera empregos, reduz a extração de recursos naturais, diminui emissões de gases de efeito estufa e amplia a vida útil dos aterros sanitários. Apesar desse potencial, o Brasil ainda apresenta baixos índices de recuperação de materiais recicláveis. De acordo com a ABREMA (2024), apenas cerca de 4% dos resíduos domiciliares são efetivamente recuperados, percentual inferior ao observado em países como Alemanha (67%), Coreia do Sul (59%) e Bélgica (58%). A ampliação desses índices depende da integração entre infraestrutura adequada, participação da população e fortalecimento do mercado consumidor de materiais reciclados.

2.2 Política Nacional de Resíduos Sólidos e Responsabilidade Compartilhada

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, constitui o principal marco regulatório brasileiro para a gestão integrada dos resíduos sólidos. A legislação estabeleceu princípios e instrumentos voltados à gestão ambientalmente adequada dos resíduos em todo o território nacional.

Entre seus princípios destaca-se a hierarquia da gestão de resíduos, que estabelece a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Dessa forma, a disposição em aterros sanitários deve ocorrer apenas após o esgotamento das alternativas de aproveitamento dos materiais.

Outro princípio fundamental é a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A PNRS determina que fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e o poder público compartilhem responsabilidades quanto à destinação adequada dos resíduos.

A legislação também estabelece a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), que devem contemplar diagnósticos, metas de redução e reciclagem, programas de educação ambiental e mecanismos de monitoramento. Em Osasco, o PMGIRS orienta as ações do Programa Osasco Recicla e a expansão da infraestrutura de coleta seletiva no município.

2.3 ODS 11 e Sustentabilidade Urbana

Em 2015, os Estados-membros da Organização das Nações Unidas adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas voltadas ao enfrentamento dos principais desafios sociais, econômicos e ambientais.

Entre esses objetivos destaca-se o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, que busca tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. A meta 11.6 prevê a redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades, com atenção especial à qualidade do ar e à gestão dos resíduos municipais (ONU, 2015).

A gestão adequada dos resíduos é reconhecida como elemento estratégico para o alcance das metas da Agenda 2030. No Brasil, o Instituto ODS realiza ciclos de certificação destinados a reconhecer municípios, empresas e organizações que desenvolvem iniciativas alinhadas aos objetivos da Agenda 2030.

Osasco recebeu o Selo Bronze em 2024 e o Selo Ouro em 2025, alcançando nota 9,37 e aprovação de 17 projetos, consolidando-se como referência nacional em políticas públicas relacionadas aos ODS (Prefeitura de Osasco, 2025).

2.4 Gestão de Resíduos Sólidos em Osasco

A gestão de resíduos sólidos de Osasco é coordenada pela Diretoria Geral de Gestão de Resíduos (DIGRES), vinculada à Secretaria de Serviços e Obras (SSO) da Prefeitura Municipal. Sua estrutura operacional está organizada em torno do Programa Osasco Recicla, criado pelo Decreto Municipal nº 9.976/2008, responsável pela coleta seletiva, pelas centrais de triagem e pela inclusão de catadores de materiais recicláveis.

Segundo a DIGRES, o município gera aproximadamente 800 toneladas de resíduos domiciliares por dia. Estima-se que entre 30% e 34% desse volume apresente potencial econômico para reaproveitamento por meio da reciclagem (Prefeitura de Osasco, 2022).

Entretanto, dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento indicam que a recuperação efetiva de materiais recicláveis permanece entre 0,3% e 0,5% do total coletado. Esse cenário evidencia uma diferença significativa entre o potencial de reciclagem existente e os resultados efetivamente alcançados.

Aspectos relacionados à participação da população, à eficiência da coleta seletiva e à educação ambiental podem influenciar diretamente esses índices. Dessa forma, analisar a efetividade das ações desenvolvidas pelo Programa Osasco Recicla torna-se relevante para identificar desafios e oportunidades de melhoria, contribuindo para o fortalecimento da gestão de resíduos sólidos e para o alinhamento das políticas municipais aos princípios da PNRS e às metas do ODS 11.

2.5 Cooperativas, Educação Ambiental e Participação Social

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis desempenham papel essencial na cadeia da reciclagem brasileira. Além de realizarem a triagem e comercialização dos materiais coletados, promovem geração de trabalho e renda e contribuem para a inclusão produtiva de populações em situação de vulnerabilidade social.

Reconhecendo essa importância, a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê a integração das cooperativas aos sistemas municipais de coleta seletiva e estabelece mecanismos de apoio e fortalecimento dessas organizações.

Em Osasco, as cooperativas CooperAreis, CooperNatus e CooperMundi atuam em parceria com a Prefeitura Municipal, sendo responsáveis pela triagem e comercialização dos materiais recicláveis coletados pelo município (Prefeitura de Osasco).

A educação ambiental é fundamental para o sucesso da coleta seletiva, pois a separação adequada dos resíduos influencia diretamente a qualidade dos materiais encaminhados para reciclagem. Nesse sentido, a DIGRES mantém ações permanentes de conscientização em escolas, empresas, comunidades e condomínios atendidos pelo programa de coleta seletiva (Prefeitura de Osasco, 2023).

Estudos indicam que municípios com programas estruturados de educação ambiental e maior engajamento comunitário apresentam índices de recuperação de recicláveis superiores à média nacional (CEMPRE/Ciclossoft, 2023). Assim, a efetividade da gestão de resíduos depende da atuação integrada entre poder público, cooperativas e sociedade, reforçando a importância da participação social para o fortalecimento da reciclagem e da sustentabilidade urbana.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso do município de Osasco/SP, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Yin (2015, p. 17), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto podem não ser claramente evidentes.

A abordagem é predominantemente qualitativa, com suporte de dados quantitativos secundários provenientes de fontes oficiais. A pesquisa qualitativa permite a compreensão dos processos, das relações e dos contextos que envolvem o fenômeno estudado, enquanto os dados quantitativos como taxas de geração e recuperação de resíduos fornecem base empírica para a análise (MINAYO, 2014).

Quanto aos objetivos, a pesquisa é de natureza descritiva e analítica. Descritiva porque busca caracterizar a estrutura de gestão de resíduos do município e seus principais indicadores; analítica porque relaciona essa realidade com o referencial teórico-normativo da PNRS e do ODS 11, identificando fatores explicativos para o gap observado.

A coleta de dados foi realizada a partir das seguintes fontes documentais e bibliográficas:

- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e SINISA: indicadores de coleta seletiva e recuperação de recicláveis;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): dados populacionais e socioeconômicos do município;

- Prefeitura de Osasco: documentos institucionais, notícias oficiais, dados da DIGRES e do Programa Osasco Recicla;
- Política Nacional de Resíduos Sólidos: (Lei nº 12.305/2010) e legislação municipal correlata;
- Agenda 2030 da ONU: metas e indicadores do ODS 11;
- Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA): panorama nacional de resíduos sólidos;
- Instituto ODS: registros das certificações ODS concedidas ao município de Osasco.

Os dados coletados foram organizados e analisados a partir de três eixos complementares: (a) caracterização da infraestrutura de gestão de resíduos instalada no município; (b) análise quantitativa dos indicadores de geração e recuperação de resíduos; (c) confronto entre a realidade identificada e o referencial normativo da PNRS e o ODS 11.

As principais limitações desta pesquisa referem-se à ausência de dados primários coletados diretamente junto à Prefeitura de Osasco, às cooperativas ou à população, e à eventual defasagem de alguns indicadores disponíveis no SNIS. Tais limitações foram mitigadas pela utilização de múltiplas fontes oficiais e pela triangulação dos dados disponíveis, procedimento que confere maior robustez às análises realizadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil Socioeconômico do Município de Osasco

Osasco localiza-se na Região Metropolitana de São Paulo, a aproximadamente 20 km da capital. Com população estimada em 756.952 habitantes em 2024 (IBGE, 2024), é a sétima cidade mais populosa do estado de São Paulo. Do ponto de vista econômico, apresenta PIB per capita de R\$ 163.878,12 em 2023, figurando entre os maiores do país e do estado (IBGE/Cidades@, 2023).

Tabela 1 — Indicadores socioeconômicos de Osasco/SP

Indicador	Dado	Fonte
População estimada	756.952 habitantes (2024)	IBGE, 2024
Área territorial	64,95 km ²	IBGE
Posição no estado (população)	7 ^a cidade mais populosa de SP	IBGE, 2024
PIB per capita (2023)	R\$ 163.878,12	IBGE / Cidades@, 2023
Posição no ranking nacional (PIB per capita)	86 ^a entre 5.570 municípios	IBGE / Cidades@, 2023

Fonte: IBGE / Cidades@ (2023, 2024). Elaboração dos autores.

Os indicadores apresentados na Tabela 1 evidenciam que o porte populacional e econômico do município implica elevada geração de resíduos, tornando sua gestão um desafio relevante para a sustentabilidade urbana.

4.2 Infraestrutura Municipal de Coleta Seletiva

A coleta seletiva de Osasco está estruturada por meio do Programa Osasco Recicla, instituído pelo Decreto Municipal nº 9.976/2008. O sistema inclui coleta porta a porta, atendimento a condomínios, Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), ecopontos, cooperativas de catadores e ações de educação ambiental.

O município conta com aproximadamente 250 PEVs distribuídos em parques e equipamentos públicos. Em 2026, totalizava dez ecopontos em operação, após a expansão realizada entre 2024 e 2026 (DIGRES/Prefeitura de Osasco, 2026). Os materiais coletados são encaminhados às cooperativas CooperAreis, CooperNatus e CooperMundi, responsáveis pela triagem e comercialização dos recicláveis.

Na coleta seletiva em condomínios, o programa atendia 12 conjuntos residenciais em 2023, beneficiando mais de 25 mil moradores e contribuindo para o

aumento dos índices de coleta seletiva (Prefeitura de Osasco, 2023). Os principais elementos da infraestrutura municipal estão sintetizados na Tabela 2.

Tabela 2 — Infraestrutura de coleta seletiva de Osasco/SP

Elemento	Descrição	Fonte
Programa principal	Programa Osasco Recicla — instituído pelo Decreto Municipal nº 9.976/2008	Prefeitura de Osasco
Pontos de Entrega Voluntária (PEVs)	Aproximadamente 250 pontos instalados em parques e equipamentos públicos	Prefeitura de Osasco
Cooperativas de catadores parceiras	CooperAreis, CooperNatus e CooperMundi — triagem e comercialização dos recicláveis	Prefeitura de Osasco
Ecopontos em operação (2026)	10 unidades: 4 inauguradas até 2023; 5 entregues em 2024 (Jardim Mutinga, Baronesa, Rochdale, Cidade das Flores, Pestana, Novo Osasco, Helena Maria, Jaguaribe e Jardim Veloso); 1 nova unidade inaugurada no Centro em 2026	DIGRES / Prefeitura de Osasco, 2026
Empresa operadora	EcoOsasco Ambiental: coleta e encaminhamento às cooperativas	Prefeitura de Osasco
Coleta porta a porta	Roteiros estabelecidos por bairro, de segunda a sábado	DIGRES
Coleta em condomínios	Programa iniciado em julho/2022; 12 condomínios atendidos em 2023, beneficiando mais de 25 mil moradores	Prefeitura de Osasco, 2023

Educação ambiental	Equipe da DIGRES realiza ações em escolas, empresas e comunidades ao longo do ano	Prefeitura de Osasco, 2023
--------------------	---	----------------------------

Fonte: Prefeitura de Osasco / DIGRES (2022, 2023, 2026). Elaboração dos autores.

De forma geral, a estrutura disponível demonstra que o município possui mecanismos diversificados de coleta e destinação de recicláveis, indicando que a baixa recuperação observada não pode ser atribuída exclusivamente à ausência de infraestrutura.

4.3 O Gap entre Potencial e Efetividade da Reciclagem

O principal achado da pesquisa é a diferença entre o potencial de reciclagem estimado para o município e os resultados efetivamente alcançados. Osasco gera cerca de 800 toneladas de resíduos domiciliares por dia, equivalentes a aproximadamente 292 mil toneladas anuais. Segundo a DIGRES, entre 30% e 34% desse volume poderia ser reciclado, correspondendo a cerca de 87,6 mil a 99,2 mil toneladas por ano (Prefeitura de Osasco, 2022).

Entretanto, dados do SNIS/SINISA indicam que a taxa efetiva de recuperação de recicláveis permanece entre 0,3% e 0,5% do total coletado. Conforme demonstrado na Tabela 3, isso representa um aproveitamento inferior a 2% do potencial estimado.

Tabela 3 — Indicadores de geração e recuperação de resíduos sólidos em Osasco/SP

Indicador	Dado	Fonte
Geração diária de resíduos domiciliares	~800 toneladas/dia	DIGRES / Prefeitura de Osasco, 2022
Geração anual estimada	~292.000 toneladas/ano	Cálculo: 800 t/dia × 365 dias
Potencial de reciclagem (estimativa oficial)	30% a 34% do total gerado	DIGRES / Prefeitura de Osasco, 2022

Volume potencialmente reciclável por ano	~87.600 a 99.280 t/ano	Cálculo derivado
Taxa efetiva de recuperação de recicláveis	~0,3% a 0,5% do total coletado	SNIS / SINISA, 2024
Gap entre potencial e efetividade	Aproveitamento inferior a 2% do potencial estimado	Elaboração dos autores

Fonte: DIGRES / Prefeitura de Osasco (2022); SNIS / SINISA (2024); cálculos dos autores.

Os resultados sugerem que o problema não está apenas na infraestrutura existente, mas também em fatores relacionados à cobertura da coleta seletiva, à adesão da população à separação dos resíduos, à capacidade operacional das cooperativas e à contaminação dos materiais recicláveis por rejeitos e resíduos orgânicos. Esses fatores atuam de forma interdependente, limitando a ampliação dos índices de recuperação e evidenciando a necessidade de ações integradas voltadas à coleta, triagem e conscientização da população.

4.4 Osasco e o ODS 11: avanços institucionais e desafios práticos

A análise sob a perspectiva do ODS 11 demonstra que Osasco apresenta avanços institucionais importantes. O município recebeu o Selo Bronze na Certificação ODS 2024 e o Selo Ouro em 2025, obtendo nota 9,37 e aprovação dos 17 projetos submetidos ao Instituto ODS (Instituto ODS, 2025; Prefeitura de Osasco, 2025).

Os resultados apresentados na Tabela 4 evidenciam o alinhamento formal do município à Agenda 2030. Contudo, a meta 11.6 do ODS 11 exige resultados concretos relacionados à redução do impacto ambiental urbano e à gestão dos resíduos municipais.

Tabela 4 — Certificações ODS do Município de Osasco

Ciclo		Resultado	Fonte
Certificação 2024	ODS	Selo Bronze: entre 2 e 7 ODS certificados	Instituto ODS, 2024
Certificação 2025	ODS	Selo Ouro: nota 9,37; 17 projetos aprovados (pontuação máxima: 10)	Instituto ODS / Prefeitura de Osasco, set. 2025
Fórum ODS 2025		Osasco foi escolhida para sediar o lançamento do Ciclo de Certificação ODS 2025	Instituto ODS, abr. 2025

Fonte: Instituto ODS (2024, 2025); Prefeitura de Osasco (2025). Elaboração dos autores.

Nesse contexto, o baixo índice de recuperação de recicláveis representa o principal desafio para a efetiva concretização dessa meta. Os resultados indicam que, embora a infraestrutura e os mecanismos institucionais tenham avançado, persistem limitações relacionadas à cobertura da coleta seletiva, ao engajamento da população e à capacidade de processamento dos materiais recicláveis.

Assim, a experiência de Osasco demonstra que o fortalecimento da gestão de resíduos depende não apenas da ampliação da infraestrutura, mas também da participação social e da consolidação da cadeia da reciclagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Osasco/SP sob a perspectiva do ODS 11, buscando compreender os fatores que explicam o expressivo gap entre a infraestrutura de coleta seletiva disponível no município e os índices efetivos de recuperação de materiais recicláveis.

Os resultados da pesquisa demonstraram que Osasco dispõe de uma estrutura de coleta seletiva relativamente desenvolvida para um município de seu porte: o Programa Osasco Recicla, cerca de 250 Pontos de Entrega Voluntária, dez ecopontos em operação, três cooperativas de catadores parceiras, coleta porta a porta estruturada e um programa específico para condomínios residenciais. No plano institucional, o município avançou de forma significativa em seu alinhamento com a Agenda 2030, conquistando o Selo Ouro na Certificação ODS 2025 com nota 9,37.

Ao mesmo tempo, os dados levantados revelam um paradoxo preocupante: enquanto a DIGRES estima que entre 30% e 34% do volume gerado diariamente teria potencial econômico para reciclagem, a taxa efetiva de recuperação de recicláveis permanece entre 0,3% e 0,5% do total coletado. Isso significa que o município aproveita, na prática, menos de 2% do seu próprio potencial de reciclagem, indicando que a existência de infraestrutura, por si só, não é suficiente para garantir resultados satisfatórios.

Os fatores que explicam esse gap são múltiplos e interdependentes: cobertura territorial ainda parcial da coleta seletiva porta a porta, baixa adesão de parte da população à separação correta dos resíduos na fonte geradora, capacidade limitada de triagem das cooperativas parceiras e contaminação dos materiais recicláveis por rejeitos orgânicos. A superação desse cenário exige ações coordenadas e simultâneas em todos esses eixos.

Com base na análise realizada, recomenda-se: (a) ampliação progressiva e planejada da cobertura da coleta porta a porta para todos os bairros do município; (b) fortalecimento das cooperativas de catadores com investimentos em infraestrutura, capacitação e acesso a mercados consumidores de recicláveis; (c) intensificação e

diversificação das ações de educação ambiental, com ênfase na separação correta na fonte geradora; (d) consolidação e ampliação da rede de ecopontos, com foco em acessibilidade e orientação ao usuário; (e) estabelecimento de metas municipais mensuráveis de recuperação de recicláveis, com monitoramento periódico e divulgação transparente dos resultados.

Do ponto de vista acadêmico, este trabalho contribui para o debate sobre os limites da abordagem infraestrutura-centrada na gestão de resíduos sólidos municipais, evidenciando que a efetividade da reciclagem depende de um conjunto integrado de fatores que inclui, mas vai além, da disponibilidade de equipamentos e programas públicos. A dimensão social e comportamental da gestão de resíduos, historicamente subestimada nas políticas municipais e emerge como variável central para a compreensão do gap identificado.

Conclui-se que Osasco possui as bases institucionais e parte da infraestrutura necessária para avançar de forma expressiva em sua taxa de reciclagem. O caminho, contudo, exige mais do que a criação de novos programas: demanda a ampliação da adesão social, o fortalecimento da cadeia produtiva da reciclagem e a continuidade e expansão dos serviços já existentes. Essas são as condições indispensáveis para que o município converta seus compromissos formais com a Agenda 2030 em resultados concretos para a sustentabilidade urbana de Osasco.

REFERÊNCIAS

ABREMA — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE.
Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2023. São Paulo: ABREMA, 2024.
Disponível em: <https://www.abrema.org.br>. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

CEMPRE — COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Ciclosoft 2023: Pesquisa Ciclosoft — Panorama da Coleta Seletiva no Brasil.** São Paulo: CEMPRE, 2023. Disponível em: <https://ciclosoft.cempre.org.br>. Acesso em: 8 jun. 2026.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Towards the Circular Economy:** Economic and business rationale for an accelerated transition. v. 1. Cowes, UK: Ellen MacArthur Foundation, 2013.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@: Osasco/SP — Panorama.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/osasco/panorama>. Acesso em: 8 jun. 2026.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população para 1º de julho de 2024.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 jun. 2026.

INSTITUTO ODS. **Ciclo de Certificação ODS 2025 — Resultados.** Disponível em: <https://institutoods.org>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ONU — ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Resolução A/RES/70/1. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PREFEITURA DE OSASCO. **10º Ecoponto é entregue na Avenida Maria Campos no Centro. Osasco, 2023.** Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/10o-ecoponto-e-entregue-na-avenida-maria-campos-no-centro/>. Acesso em: 11 jun. 2026.

PREFEITURA DE OSASCO. **Coleta seletiva em condomínios de Osasco completa um ano. Osasco, 11 jul. 2023.** Disponível em:

<https://osasco.sp.gov.br/coleta-seletiva-em-condominios-de-osasco-completa-um-ano/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PREFEITURA DE OSASCO. DIGRES — **Diretoria Geral de Gestão de Resíduos**. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/digres/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

PREFEITURA DE OSASCO. **Osasco conquista o Selo Ouro na Certificação ODS 2025. Osasco, 11 set. 2025**. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/osasco-conquista-o-selo-ouro-na-certificacao-ods-2025/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

PREFEITURA DE OSASCO. **Prefeitura amplia coleta seletiva em condomínios**. Osasco, 14 set. 2022. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/prefeitura-amplia-coleta-seletiva-em-condominios/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PREFEITURA DE OSASCO. **Programa Osasco Recicla**. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/programa-osasco-recicla/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SNIS — SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos — 2023**. Brasília: Ministério das Cidades / SNSA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/saneamento/snis>. Acesso em: 11 jun. 2026.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.